



ELEIÇÕES

As apostas de Lula pelo quarto mandato

O presidente inicia 2026 em cenário favorável, com boa popularidade e oposição fragmentada. Agenda social, articulação política e comparação com o governo Jair Bolsonaro devem pautar a disputa

» FERNANDA STRICKLAND
» FRANCISCO ARTUR DE LIMA
» VÍCTOR CORREIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva inicia neste ano a campanha por um inédito quarto mandato no Palácio do Planalto. O petista é o primeiro a ocupar a cadeira por três vezes e entrará na disputa em um cenário de boa popularidade e com as candidaturas adversárias ainda fragmentadas. Os primeiros movimentos já começaram, com Lula elencando as prioridades durante a última reunião ministerial, em dezembro, e movimentando sua equipe, com a nomeação de Guilherme Boulos como ministro da Secretaria-Geral da Presidência.

Lula começa o ano em uma situação favorável em relação aos competidores. Segundo pesquisa Genial/Quaest, divulgada em 16 de dezembro, Lula vence qualquer candidato da direita, já que o ex-presidente Jair Bolsonaro está preso e impedido de concorrer. Contra o principal candidato no momento, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), Lula venceria no segundo turno com 46% dos votos contra 36%.

Disputando com o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, preferido da centro-direita, Lula ficaria com 45% dos votos, contra 35% de Tarcísio. O petista venceria os governadores do Paraná, Ratinho Júnior (45% a 35%); de Goiás, Ronaldo Caiado (44% a 33%); e de Minas Gerais, Romeu Zema (45% a 33%). Pesa a favor do presidente o fato de não haver uma unidade nas candidaturas de direita, com Flávio Bolsonaro sofrendo forte rejeição. Enquanto isso, Lula é o único nome da esquerda.

No Congresso, Lula quer aprovar o fim da escala 6x1, projeto com ampla aceitação popular. Também estão na pauta prioritária a regulamentação dos trabalhadores por aplicativo e uma possível gratuidade para o transporte público, que ainda está em fase de estudo pelo Ministério da Fazenda. O petista espera colher, ainda, o resultado de medidas anunciadas em 2025, principalmente a isenção do Imposto de Renda; o Gás do Povo; a ampliação do Minha Casa, Minha Vida para a classe média; e o aumento no acesso ao crédito imobiliário, também para a classe média.

Já no campo da disputa política, Lula orientou ministros a levantarem dados sobre o que foi feito até o momento, que serão comparados com a gestão anterior, de Jair Bolsonaro, durante a campanha. O presidente encomendou, inclusive, um estudo sobre as políticas sociais implementadas pelos



Ele chega (no início de 2026) em uma situação muito mais favorável do que se encontrava no mesmo período de 2025. Passou pela crise do Pix, terminou 2024 com uma baixa na avaliação do governo, e agora a gente teve uma inversão nessa curva, principalmente a partir do episódio do tarifaço"

Luciana Santana, professora de ciência política

governadores de direita, possíveis adversários na corrida eleitoral. Ele deve explorar, ainda, a conexão do candidato da direita a Bolsonaro e à tentativa de golpe de Estado pela qual o ex-presidente foi condenado à prisão.

Com o fechamento de um ano marcado por articulações de bastidores e rearranjos políticos, Lula chega ao limiar de 2026 em posição considerada competitiva por analistas. A avaliação é de que, ainda dentro das balizas legais da pré-campanha, o Palácio do Planalto já opera movimentos típicos de um governo que se prepara para uma disputa presidencial novamente polarizada.

Para o advogado Marcos Jorge, especialista em direito eleitoral e coordenador jurídico do escritório Wilton Gomes, Lula inicia o novo ciclo eleitoral com vantagens políticas claras. Segundo ele, após um começo de 2025 com índices de popularidade mais baixos, o presidente encerrou o ano em trajetória de recuperação, impulsionado pela reorganização da base aliada e por sinais de estabilidade institucional.

"Estamos às vésperas do início formal da campanha, com abertura de prazos legais e convenções partidárias. Nesse contexto, é natural que o presidente faça ajustes no governo e na Esplanada para se posicionar melhor", afirma. Na leitura do especialista, as mudanças ministeriais e o fortalecimento de alianças fazem parte de um processo legítimo de pré-campanha,

Retrospectiva petista

Lula se prepara para oitava campanha presidencial

1989

Resultado do 2º turno



Fernando Collor
53,03%



Lula
46,97%

1994

Resultado do 1º turno



Fernando Henrique Cardoso
54,28%



Lula
27,04%

1998

Resultado do 1º turno



Fernando Henrique Cardoso
53,06%



Lula
31,71%

2002

Resultado do 2º turno



Lula
61,27%



José Serra
38,72%

previsto na legislação eleitoral.

Marcos Jorge avalia que, enquanto a direita enfrenta dificuldades para consolidar uma liderança nacional viável do ponto de vista político e jurídico, Lula se mantém como o principal polo de

articulação da esquerda e também como um nome aceitável para setores de centro. "Há uma fragmentação no campo oposicionista, ao passo que Lula inicia esse período com estabilidade no governo e liderança nacional consolidada", diz.

2006

Resultado do 2º turno



Lula
60,83%



Geraldo Alckmin
39,17%

2018

Resultado do 2º turno



Jair Bolsonaro
55,13%



Fernando Haddad
44,87%

2022

Resultado do 2º turno



Lula
50,90%



Jair Bolsonaro
49,10%



Estratégia eleitoral

Do ponto de vista jurídico, o especialista ressalta que não há, até o momento, indícios de abuso de poder político ou econômico por parte do presidente. "As

movimentações observadas são atos de pré-campanha, permitidos pela legislação. Diferem de práticas que já foram punidas pela Justiça Eleitoral em outros governos", afirma, em referência indireta às condenações impostas ao ex-presidente Jair Bolsonaro por uso indevido da máquina pública.

Na avaliação de Marcos Jorge, a estratégia de Lula para 2026 deve se apoiar na defesa dos resultados do governo, na articulação internacional, com destaque para a reaproximação com os Estados Unidos, e na recomposição de uma base ampla no Congresso. "É esperado que ministérios e estruturas governamentais sejam reorganizados para sustentar uma nova coalizão eleitoral", diz.

Para o cientista político Márcio Coimbra, CEO da Casa Política e ex-diretor da Apex-Brasil e do Senado, a disputa entre esquerda e direita deve se dar em três grandes frentes simultâneas: narrativa ideológica, desempenho do governo e embates institucionais.

A primeira delas, segundo Coimbra, ocorre de forma permanente nas redes sociais e na mídia, com temas de costumes, religião e valores ocupando papel central. "A direita tende a capitalizar pautas conservadoras, enquanto a esquerda se posiciona na defesa de minorias e dos direitos humanos. A corrupção também volta ao centro do debate, com acusações cruzadas", analisa.

Na segunda frente, a da gestão pública, a economia e a segurança devem ser os principais alvos da oposição. De um lado, críticas ao crescimento, à política fiscal e ao endividamento; de outro, a defesa de programas sociais, do aumento real do salário mínimo e de uma agenda voltada à redução da desigualdade.

Já no plano institucional, o cientista político aponta que a relação entre Executivo, Congresso e Judiciário será decisiva. A necessidade de uma base sólida no Legislativo deve ampliar a dependência do governo em relação ao Centão, enquanto a oposição tende a explorar o discurso de "ativismo judicial", especialmente em torno da inelegibilidade de Bolsonaro.

No campo da direita, o bolsonarismo mantém uma militância digital engajada e alianças sólidas com setores como o agronegócio e igrejas evangélicas. No entanto, a ausência de Bolsonaro abre espaço para disputas internas e pode dificultar a conquista do eleitorado de centro, decisivo em eleições majoritárias.

Da rejeição a candidaturas múltiplas

Especialistas avaliam, em consenso, que o presidente Lula começa o ano com vantagem na corrida eleitoral, embora muita coisa possa mudar até outubro. "Lula começa muito forte, como geralmente começam os detentores do cargo. No entanto, vem também com rejeição relevante. Será preciso trabalhar essa rejeição em primeiro lugar, especialmente em um cenário no qual pode ocorrer multiplicidade de candidaturas de oposição com perspectiva de se unirem no segundo turno", comentou o advogado e

cientista político Nauê Bernardo.

Da mesma forma, a professora de ciência política da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) Luciana Santana vê Lula fortalecido em relação ao início do ano passado, quando uma série de crises abalaram a popularidade do petista. "Ele chega (no início de 2026) em uma situação muito mais favorável do que se encontrava no mesmo período de 2025. Passou pela crise do Pix, terminou 2024 com uma baixa na avaliação do governo, e agora

a gente teve uma inversão nessa curva, principalmente a partir do episódio do tarifaço. A meu ver, é um contexto muito positivo para você pensar em um cenário eleitoral e tomar decisões para a sua eleição. Ele termina o ano com a prisão do Bolsonaro e com dados positivos, de inflação, desemprego baixo e queda na desigualdade", afirmou a analista.

Já a professora de Ciência Política da Universidade Federal do Paraná (UFPR) Graziella Testa avalia que Lula, como qualquer

governante em busca da reeleição, deve reforçar o investimento em políticas públicas. Para ela, o gasto maior não é problema caso esteja amparado nas regras fiscais, e pode trazer benefícios para a população. Não foi o caso, porém, da gestão passada.

"Bolsonaro, em ano eleitoral, quase dobrou o Bolsa Família (então Auxílio Brasil). Foi algo muito surpreendente, sobretudo porque ele nunca teve um posicionamento muito claro sobre transferência incondicional de

renda. Então, aí realmente foi algo surpreendente, que não tinha, inclusive, espaço no orçamento. Isso é criticável sob qualquer ponto de vista", explicou Graziella. Ela cita que um dos gastos que o presidente Lula pode aumentar para se reeleger é o do Pé-de-Meia, programa criado para combater a evasão escolar no ensino médio. Enquanto a versão atual atende alunos inscritos no Cadastro Único (CadÚnico), de baixa renda, o governo estuda expandir o benefício para todos os

estudantes da rede pública.

Mesmo assim, aponta Graziella, o petista precisará ter cuidado com as contas públicas, além de respeitar os limites constitucionais para gastos em período eleitoral. "Se ele fizer um bom trabalho para isso, está ótimo. O problema é se ele começar a desafiar os limites da responsabilidade fiscal, se fizer escolhas ruins. Mas o fato de o governante querer se reeleger é excelente, porque ele vai trabalhar para a população", disse a professora.